

# Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 12



Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA



## **Equipe Editorial**

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

## **Projeto Gráfico, editoração e capa**

Editora Acadêmica Periodicojs

### **Idioma**

Português

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 12. / Filipe Lins dos Santos.  
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2025.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-140-1

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.  
Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

**Obra sem financiamento de órgão público ou privado**

**Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.**

**A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva**



Filipe Lins dos Santos  
**Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil  
website: [www.periodicojs.com.br](http://www.periodicojs.com.br)  
instagram: @periodicojs

Capítulo

1

UM OLHAR SOBRE O TURISMO E

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MOÇAMBIQUE



# UM OLHAR SOBRE O TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MOÇAMBIQUE

## A LOOK AT TOURISM AND LOCAL DEVELOPMENT IN MOZAMBIQUE

José Julião da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho desenvolve-se uma reflexão sobre como o turismo participa ou pode participar no desenvolvimento local em Moçambique. Para se desenvolver a reflexão além da percepção do autor a respeito do assunto abordado, buscou-se fazer interpretações de alguns estudos existentes sobre a temática em pauta, tendo-se por isso, feito uma revisão bibliográfica e documental. Os resultados da reflexão indicam que a participação comunitária em tomadas de decisão sobre processos de desenvolvimento em geral e do turismo em particular é ainda pouco visível. As decisões vêm por parte de outros actores do turismo, mormente o Estado. Tal facto, entre outros factores é reflexo de uma ausência de empoderamento por parte da comunidade que, por seu turno pode encontrar a sua explicação na história, colonial e mais recentemente no centralismo democrático em que, os indivíduos e as comunidades eram obrigados a ser obedientes, a aceitarem as decisões superiores, sem questionar. Hoje, num quadro de democracia e de economia liberal, esperava-se uma maior participação da comunidade nos seus próprios destinos. No entanto, embora se perceba alguma mudança, no geral a situação mantém-se. Por isso, considerando que ao falar-se de desenvolvimento local se espera que a comunidade seja a autora principal do seu próprio destino, chegamos à conclusão que a participação do turismo no desenvolvimento local é ainda muito limitada, pois a decisão está nas mãos de outros actores. Não restando à comunidade procurar engajar-se e tirar proveito de uma

---

<sup>1</sup> Pesquisador e Docente de Geografia na Universidade Pedagógica de Maputo, Doutorado em Geografia.



atividade que, em certa medida, pode dizer-se que lhe foi imposta.

**Palavras-chave:** Turismo; Desenvolvimento Local; Moçambique

**Abstract:** This study develops a reflection on how tourism participates or can participate in local development in Mozambique. In order to develop the reflection beyond the author's perception about the subject addressed, we sought to make interpretations of some existing studies on the theme in question, and therefore, we made a bibliographic and documentary review. The results of the reflection indicate that Community participation in decision-making on development processes in general and tourism in particular is still barely visible. The decisions are seen by other actors in tourism, including the State. This fact, among other factors, is a reflection of an absence of empowerment on the part of the community that in turn can find its explanation in history, colonial and more recently in democratic centralism in which individuals and communities were obliged to be obedient, to accept the higher decisions, without questioning. Today, in democracy and a liberal economy, greater community participation in its own destinies was expected. However, although there is some change, in general the situation remains. Therefore, considering that when talking about local development, the community is expected to be the main author of its own destiny, we have come to the conclusion that tourism's participation in local development is still very limited, because the decision is in the hands of other actors. The community does not have to seek to engage and take advantage of an activity that, to some extent, can be said to have been imposed on it.

**Keywords:** Tourism; Local Development; Mozambique

### Considerações iniciais

Sob o título proposto: “Um olhar sobre o turismo e desenvolvimento local em Moçambique”



pretende-se abrir uma reflexão sobre a actividade turística e da forma como a mesma participa (ou pode participar) no desenvolvimento local em Moçambique.

Assim, definiu-se como objectivo geral, analisar a participação do turismo no desenvolvimento local em Moçambique. Este objectivo geral foi desdobrado nos seguintes objectivos específicos: caracterizar brevemente a actividade turística em Moçambique; enumerar os aspectos favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento do turismo em Moçambique; evidenciar as mudanças resultantes do desenvolvimento da actividade turística em Moçambique.

Para o desenvolvimento da presente reflexão, além da percepção do autor a respeito do assunto abordado, buscou-se fazer interpretações de estudos sobre a temática em pauta. Assim, apoiou-se numa revisão bibliográfica e em documentos oficiais e oficiosos aos quais se procurou fazer uma interpretação.

O desenvolvimento do trabalho obedece à seguinte estrutura: para além da introdução, onde são apresentados os objectivos a metodologia e a estrutura do trabalho, segue-se uma breve apresentação dos principais conceitos que norteiam o estudo. No terceiro ponto são apresentados alguns aspectos de Moçambique e, antes das conclusões faz-se uma breve apresentação do turismo em Moçambique e discute-se a participação desta actividade no desenvolvimento local em Moçambique.

## **Clarificação de Conceitos**

Como já se referiu, dois conceitos básicos norteiam esta reflexão: turismo e desenvolvimento local, ambos bastante complexos. Como não se pretenda aqui discutir conceitos, vai-se apenas apresentar o entendimento que se tem sobre os mesmos.

## **Turismo**

Para Duhamel e Sacareau (1998), o turismo é uma actividade humana, fundada no



deslocamento “isto é, literalmente uma mudança de lugar e, por “extensão geográfica” uma mudança d’habiter. Isto significa que ser turista e fazer o turismo implica deixar temporariamente o lugar de vida habitual para ir viver num outro lugar situado fora da esfera da sua vida quotidiana. Tal, “deslocação opera uma descontinuidade que permite um outro modo de habitar dedicado à recreação” (EQUIPE MIT, 1997).

Considerando as definições acima apresentadas, percebe-se que o turismo envolve pessoas e lugares. Pessoas: turistas, operadores da área do turismo (transportes, hotéis e outras formas de alojamento, facilidades da actividade turística, agencias de viagens, etc.), as populações dos destinos turísticos com os quais directa ou indirectamente a actividade turística tem relação (nem que seja como elemento decorativo). Lugares: espaços de origem, de destino e os de transição. Neste caso interessa-nos um espaço receptor, ou se quisermos o destino turístico, espaço onde o turismo ou a prática turística acontece.

Com efeito, trata-se do foco de instalações e serviços para atender as necessidades dos turistas. Assim, o produto turístico será constituído por bens e serviços específicos do destino e não específicos do turismo que são exigidos durante a estadia dos visitantes. Nesta perspectiva o turista é visto como um consumidor dos recursos turísticos (Da SILVA FLORES e Da COSTA MENDES, 2014).

Na realidade, o turista não usufrui apenas daquilo que foi criado especificamente para ele, podendo igualmente fazer uso e desfrutar de outros bens e serviços existentes para a população local.

O turismo supõe, portanto, deslocação por diversa motivações e uma estadia envolvendo visita a lugares e utilização de uma série de equipamentos e serviços pré-existentes e outros criados especialmente para o servir estes visitantes. A estadia de um turista deve ser de no mínimo 24 horas no lugar de visita e não deve exceder um certo tempo, para além do qual o individuo perde a sua categoria de turista, pois a deslocação será então assimilada a uma mudança de residência, o que toca um outro domínio, o das migrações. Actualmente a duração dos vistos de turismo varia até um máximo de 6 a um ano.



O turismo é uma actividade económica relacionada às condições geográficas. Depende das características da paisagem natural (condições ambientais, como o clima, a vegetação e formas de relevo e hidrografia ou proximidade do oceano) e cultural (paisagem arquitectónica, museus, eventos culturais, estrutura do comércio e eventos económicos como feiras comerciais, conferências internacionais, etc.). Nesse sentido, as actividades económicas relacionadas ao turismo incorporam o espaço geográfico pelo seu valor paisagístico, para transformá-lo em um espaço de consumo.

“O turismo é igualmente uma forma de lazer, no entanto, a noção de deslocação permite distinguir o lazer relevante do sector turístico. Considerando o espaço de acolhimento, as actividades turísticas constituem um facto de pessoas exteriores à zona.” (Dehoorne, 1996, 9)

## **Desenvolvimento local**

O conceito de desenvolvimento local remete-nos aos dois termos que o constituem: desenvolvimento e local.

Em sentido global, o termo desenvolvimento cobre um campo que faz referência, de um lado a uma abordagem quantitativa: crescimento, extensão, expansão; por outro lado a uma aceção qualitativa: melhoria, progresso; teleológica, o que remete ao pressuposto de um futuro, a uma predisposição ideal do objecto em desenvolvimento: a busca de uma plenitude. Geralmente essas aceções, longe de serem contraditórias, sobrepõem-se (Policarpo, 1999).

Existem autores que preferem falar de mudanças, no lugar de desenvolvimento. Assim ao falar de desenvolvimento quer-se referir a uma mudança, uma mudança para melhor. Ou seja, que em relação a uma situação inicial verifica-se um salto qualitativo. Tais mudanças podem ser observadas a partir de pequenas acções, desde a passagem do consumo da água retirada de um poço ou colhida de um curso de água para o acesso à água canalizada; do uso do combustível lenhoso ou carvão para a electricidade ou o gás; deixar de andar a pé por grandes distâncias passando a usar meios motorizados; substituição da enxada de cabo curto por meios mecânicos no processo agrícola, entre



outras situações. Pelos exemplos apresentados constata-se que há uma melhoria na condição de vida, pois as pessoas passam a aceder mais facilmente aos recursos e conseqüentemente a dispor de mais tempo para se dedicar a outras actividades o que pode contribuir para o aumento de suas rendas, ou para a recreação.

Considerando o que acabou de ser exposto, o desenvolvimento deve ser perspectivado no sentido da qualidade e não apenas no sentido da quantidade. Assim, a noção de desenvolvimento distingue-se de crescimento pela integração de aspectos de bem-estar não imediatamente económico.

Por seu turno, local pode ser entendido como modo privilegiado através do qual, a comunidade se apropria do território, a partir do qual se constrói o lugar. O local se constitui por redes de relações construídas pela experiência individual e colectiva.

O local é antes de tudo, o lugar onde se habita, onde se vive. Mas por habitar, deve-se entender algo mais amplo que habitação, ou que a simples residência. Pois, habitar inclui, toda a gestão e melhoramentos que o homem realiza para se inserir na natureza : estradas, escolas, fábrica, comércio, habitação propriamente dita. Em suma, tudo o que contribui para se viver, todos os equipamentos que permitem a vida em comunidade. Habitar vai implicar, por fim, o respeito ao lugar e ao ambiente que o rodeia. Pode-se considerar local como espaço de vida quotidiano que conduz a uma apropriação, ao desenvolvimento de um sentimento de pertença.

Assim, o entendimento que se tem sobre o desenvolvimento local está associado a esse sentimento de pertença, de apropriação ou de capacidade de se apropriar de algo, o que pressupõe a existência de empoderamento, de modo a que possam ser actores activos e não simplesmente reactivos. Para que possam ser a actores de suas próprias vidas de seus próprios destinos.

Soares e Muls, (2007) referem que até aos anos 80, as teorias sobre o desenvolvimento estavam ancoradas seja na intervenção do Estado como principal agente promotor de um desenvolvimento de cima para baixo. O protagonismo cabia ora ao Estado ora ao Mercado. Já o desenvolvimento local, envolvendo três grupos de actores (a sociedade civil organizada, o poder público local e o tecido empresarial) é um processo de baixo para cima.



A necessidade do desenvolvimento local surge para dar uma função aos territórios, afirmando a singularidade de cada local. Assim, o que está em jogo no desenvolvimento local é a possibilidade de que a diversidade de acções seja considerada como uma forma de garantir a participação social por meio de suas organizações e entidades.

Decorrentes disso, o desenvolvimento de uma localidade deve ter um claro componente endógeno, não só em relação ao papel dos actores sociais, mas também em relação às potencialidades locais (Soares e Mils, 2007: 53)

Nunes e Albino (2008) reforçam a ideia, acrescentando:

O desenvolvimento local opera-se com a participação comunitária. Ele deverá nascer do diagnóstico da realidade social, procurando responder às expectativas e colmatar as necessidades mais prementes dos grupos. Um processo sustentado nos recursos endógenos do território e partilhado pela comunidade. Uma aposta na educação permanente geradora de um desenvolvimento cultural, social e económico (Nunes e Albino, 2008: 52).

Ora, isso significa que não se deve esperar pelo desenvolvimento, mas que a comunidade seja autora da transformação social e económica. Ou seja a comunidade deixa de ser um mero espectador crítico de um governo quase sempre insuficiente, passando a compreender que pode tomar o seu destino em suas mãos. Para tal, a comunidade deve estar empoderada.

Baquero (2012) citando Perkins e Zimmerman refere que o empoderamento comunitário é o processo pelo qual os actores individuais ou colectivos de uma dada comunidade, através de processos participativos, levam a cabo acções para atingir objectivos por eles definidos.

O que parece ser certo é que não existe nenhuma fórmula mágica de empoderamento, e nem é algo que possa ser feito a alguém por outra pessoa ou seja “ninguém empodera ninguém”. O empoderamento individual e comunitário é resultado de um processo construtivo que deve iniciar desde tenra idade, através de um processo educativo de qualidade e que tenha essa intenção.

Tal facto deve, na prática, ser traduzido num processo que assegure a apropriação dos



conhecimentos pelos alunos. Pois, só se aprende quando se apropria (Amâncio s/d). Este mesmo autor, citando Freire, refere que o conhecimento provém da problematização da relação crítica entre a realidade e a totalidade.

### **Histórico Breve sobre o turismo em Moçambique**

Uma actividade turística mais ou menos intensa marcou o passado de Moçambique, mais precisamente o período colonial. Nos anos 50 foram criados os primeiros centros de informação e turismo e em 1962, estabeleceram-se as primeiras 18 zonas turísticas, que foram acrescidas para 26 no ano de 1972 (Guambe, 2007).

Dados disponíveis revelam um fluxo anual médio de cerca de 200 000 entradas entre 1962 e 1971, em proveniência sobretudo dos países vizinhos, nomeadamente África do Sul e Rodésia do Sul (actual Zimbabué) e igualmente de Portugal, país colonizador (Da Silva, 2007). Portanto, tratava-se de um turismo sobretudo de proximidade.

Depois da independência nacional, em 1975, a orientação política inibiu o desenvolvimento turístico. O turismo era visto como uma actividade de elite, o que se opunha aos princípios ideológicos, pois ele representava um risco de “poluição capitalista”. A essas mudanças juntou-se a guerra civil desencadeada alguns anos depois da Independência, provocando a degradação e a destruição de muitas infra-estruturas.

A partir dos anos 90, com o fim da guerra e as novas orientações do governo, Moçambique aparece nas média internacionais como um país destruído pela guerra, virgem e ávido para o desenvolvimento, um exemplo de transição pacífica para a democracia. Esta imagem atraiu a atenção dos países vizinhos, particularmente sobretudo sul-africanos e portugueses residentes na África do Sul, mas igualmente Moçambicanos que viviam no estrangeiro (Da Silva, 2007).

Tratava-se de aventureiros que procuravam as melhores oportunidades: tactear a agricultura, o comércio. A maior parte encontrava no turismo um negócio mais seguro, com a instalação de



bares, de restaurantes, de estações turísticas nas praias. Assim, começa a instalação espontânea e desordenada de pequenos albergues, campings, sem controlo e sem condições mínimas de segurança. O título de propriedade era geralmente acordado não por uma autoridade competente mas por uma cadeia de funcionários, cada um deles dando uma ajuda, para obter a concessão de terreno (Da Silva, 2007).

Neste processo sem organização, nem intervenção das autoridades oficiais, os investidores eram aparentemente os únicos beneficiários, o que faz vir ao de cima a questão do lugar e da validade do turismo para o desenvolvimento do país. Pode-se considerar este período como um momento de desenvolvimento espontâneo e, por consequência, desorganizado do turismo.

A ocupação do espaço realizou-se sem o mínimo de planificação, obedecendo à única lei do proveito imediato, prevalecendo a lógica económica. Nesse quadro de implantações desordenadas, fruto da ausência de planificação, conflitos diversos emergiram entre os visitantes e os locais, acompanhados de efeitos sobre as paisagens e sobre o ambiente em geral, o que ameaça o desenvolvimento do próprio turismo.

Os efeitos desse processo tiveram, no entanto, o mérito de atrair a atenção das autoridades competentes sobre o papel e a importância do turismo para a economia, pois a amplitude da retomada da actividade foi significativa: se em 1995, a frequência era estimada a cerca de 160 000 turistas, dois anos depois, Moçambique registou cerca de 300 000 turistas (INE, 1999) e em 2001 atingiu 400 000 (MITUR, 2002). No mesmo período, a capacidade de alojamento passou de 7500 a 8500 para atingir cerca de 12 200 camas em 2001 (MITUR, 2002). Dados mais recentes revelam que o país contou com 1,9 milhões de visitantes em 2013 para um total de cerca de 39000 camas (Ministério da Cultura e Turismo, 2015).

Assim, o turismo foi definido como um sector para maximizar a entrada de divisas e geração de empregos, bem como reforço do desenvolvimento regional e de distribuição dos respectivos benefícios por todas as zonas do país, e principalmente como instrumento de projecção da imagem prestigiosa de Moçambique no exterior (Ministério do Turismo, 2003).



Em 2003, foi aprovada a Política Nacional de Turismo, através da resolução nº 4 de 4 Abril do mesmo ano. Esse instrumento jurídico serve de base legal para orientar o sector de Turismo na República de Moçambique. Para operacionalização dos preceitos plasmado no Plano Nacional de Turismo, aprovou-se em 12 de Abril de 2004, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004-2013), estando já em vigor o novo plano, também com mesmo período de validade.

Com a criação do Ministério de Turismo, Política Nacional de Turismo e de Planos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, registaram-se avanços significativos no turismo nacional. Contudo, para além da condição económica desfavorável para construção de infra-estruturas, precisa-se aprimorar questões organizacionais, de forma a tornar as dificuldades em oportunidade.

Actualmente a cultura está unida ao turismo através do Ministério da Cultura e Turismo. Entretanto, as áreas de conservação que estavam sobre a responsabilidade do Ministério do Turismo passaram a estar sob a alçada do Ministério da Terra e Ambiente. Tudo isto revela que o Governo moçambicano aposta fortemente no Turismo.

### **Turismo e desenvolvimento local em Moçambique**

Como se referiu, embora Moçambique tenha uma história relativamente longa de turismo, será sobre a fase mais recente que iremos reter a nossa atenção para abordar a relação entre o turismo e o desenvolvimento local.

O processo iniciou com a entrada em cena de visitantes de forma espontânea e quiçá desorganizada, foram redescobrimo os lugares. Trata-se essencialmente de espaços no litoral, já conhecidos, nos quais a actividade turística, pelas razões já apresentadas, deixara de existir. Esses visitantes foram povoando de forma tímida, com pequenas cabanas que mais tarde se foram transformando em empreendimentos mais sólidos e consistentes. Estas redescobertas atraíram empresários que começaram a fazer investimentos com alguma importância. Como se pode depreender,



terá sido um processo bastante conflituoso. Foi neste quadro que as autoridades passaram a querer tomar as rédeas do processo. Referimo-nos aqui ao período de abertura de país ao mercado global.

Assim passam a estar em cena diferentes actores: agentes económicos, operadores de turismo, as autoridades públicas, turistas e as populações presentes nos espaços turísticos. Cada um desses actores tem seus próprios objectivos e estabelece estratégias para alcançá-los.

Como parece ser evidente, os agentes económicos visam o lucro. Fazem investimentos e pretendem recuperá-lo. Os turistas pretendem desfrutar do que está disponibilizado ou aquilo que eles perceberam que iriam encontrar. As autoridades públicas a diferentes níveis como gestores do território procuram regular a acção e a interacção entre os diferentes actores, regulando, definindo políticas, estabelecendo prioridades, arbitrando conflitos, entre outros aspectos, ao mesmo tempo que esperam que o turismo contribua para o desenvolvimento através da entrada de divisas, da criação de empregos entre outros ganhos. A população espera tirar proveito da actividade turística, em geral convencida pelos investidores e pelas autoridades administrativas. Pode-se dizer que alguns segmentos da população acabam-se engajando na actividade e outros, mesmo sem querer se acabam envolvendo directa ou indirectamente. Ou seja, a população se vê forçada a aceitar essa nova actividade não lhe restando outra alternativa, senão a de procurar tirar proveito da mesma.

Como se pode depreender, na maior parte das vezes estes actores não estão em sintonia, ou seja não funcionam como um sistema. Estamos perante um terreno fértil para conflitos.

Ora, em que quadro ou contexto é que o turismo se desenvolve? Qual a capacidade de resposta deste território às necessidades do turismo?

Moçambique é um país em desenvolvimento, classificado entre os mais pobres do Mundo (LDC), localizado na África Austral, vizinho da potente África do Sul e banhado ao longo de cerca de 2500 km pelo Oceano Indico, mais precisamente bordejado pela corrente quente do canal de Moçambique, o que lhe confere algumas especificidades interessantes do ponto de vista turístico.

Trata-se de uma antiga colónia portuguesa que está independente desde 1975. Assim o seu presente está carregado de história que, sem ter sido iniciada com a conquista colonial, esta, de



facto, acaba tendo uma importância particular, facto que se evidencia pela organização do espaço que visava servir antes de mais nada aos interesses coloniais.

Com a independência, Moçambique enveredou por um sistema de governação socialista de economia centralizada. Alguns anos depois da Independência desencadeou-se uma guerra civil durou cerca de 16 anos. Como qualquer conflito, deixou um rasto de destruições e a situação económica do país que já não era boa, piorou. Com o fim da guerra, Moçambique abre-se para o mercado global, ávido pelo desenvolvimento, tendo criado condições favoráveis ao investimento estrangeiro.

### **O que Moçambique oferece ou tem para oferecer ao turismo?**

Para que a actividade turística de uma determinada localidade se desenvolva, são necessárias condições básicas de infra-estrutura, qualificação profissional, empreendimentos adequados, segurança e qualidade no atendimento.

Moçambique conta com um total de 29,3 milhões para uma densidade de 36,7 hab/km<sup>2</sup>, distribuindo-se desigualmente pelo território (INE, 2020). Assim em 2019, a maior parte da população era rural (19, 4 milhões).

Tabela1. Evolução da população, 2015-2019

Ano	2015	2016	2017	2018	2019
População (milhões)	25,7	26,4	26,9	28,6	29.3

Fonte: INE, 2020

Trata-se de uma população maioritariamente feminina e com um nível de analfabetismo que, segundo os dados do INE, passaram de 44,9% para 39% de 2015 a 2017, sendo que o mesmo é mais elevado no meio rural (50.7%) que no meio urbano (18,8%) (INE, 2020)



A agricultura constitui a actividade económica mais importante desta população. É uma actividade desenvolvida em moldes tradicionais pelas famílias, que estão dependentes dela para a sobrevivência. Apesar dessa importância, o nível de insegurança alimentar é bastante significativa, afectando cerca de 30% da população, situação que se deve à forte dependência das condições ambientais. Ora sendo Moçambique sujeito ora a secas ora a inundações, é frequente o surgimento de bolsas de fome. Esta situação é agravada pela deficiente rede de transportes que dificulta o escoamento dos excedentes das áreas mais produtivas para as menos produtivas. Com efeito, conta com 30616 km de estrada, sendo que apenas 6349 km constituem estradas principais, as restantes distribuem-se entre secundárias, terciárias e vicinais (INE, 2020).

A população apresenta ainda muitas carências, por exemplo, cerca de metade da população não tem acesso à água potável, embora, como refere um estudo da UNICEF, embora se tenha verificado uma melhoria significativa, tendo passado de 65% em 1999 para 49% em 2015. A diferença entre as áreas urbana e rural, de 64% para 17% é abismal. Quanto à energia eléctrica, Moçambique conta com um total de 2052780 ligações.

Moçambique que é o palco desta nova actividade que, quando chega, encontra-o com uma dinâmica sociocultural assente num suporte físico natural em transformação acelerada.

Ora, a matéria-prima é favorável para o desenvolvimento de diferentes tipos de turismo: de lazer, de sol e mar, de natureza e do turismo de negócios. Com efeito, Moçambique conta com uma extensa costa banhada pelas águas do oceano Índico, onde de norte a sul se distribuem algumas praias que têm atraído algum investimento e turistas. No entanto, são as praias de região sul de Moçambique que mais investimentos e turistas atraem. Este facto deve-se à localização, nesta região, de Maputo, a capital do país e da proximidade da África do Sul, uma das principais potências económicas de África e que está entre os principais investidores no sector de turismo, sendo igualmente o mais importante emissor de turistas.

Tal como vem plasmado no plano estratégico para o desenvolvimento do turismo:

“Moçambique é dotado de um grande potencial turístico assente nos seus



recursos naturais e culturais, que inclui:

Vida marinha, com excelentes praias, baías e lagoas ao longo de toda a sua costa de 2700 km;

Um mosaico cultural único que reflecte uma fusão Africana-Portuguesa-Asiática-Árabe;

Áreas de conservação da natureza, tais como Parques e Reservas Nacionais e Áreas Marinhas Protegidas;

Proximidade do maior centro de entrada aéreo da África Austral, Joanesburgo e aos mercados regionais de turismo de relevo” (MICULTUR, 2015).

Fruto desta crença, o governo moçambicano têm-se engajado fortemente com vista ao desenvolvimento da actividade: basta dizer que nem sempre existiu um Ministério a tempo a inteiro para o Turismo. Começou-se com uma Secretaria de Estado do Turismo e em seguida o passou a estar num grande Ministério juntamente com a Indústria e o Comércio, depois passou a Ministério do Turismo, actualmente juntou-se ao Ministério da Cultura.

Ora considerando as necessidades do sector de turismo: somos forçados a reconhecer que a capacidade de resposta local e nacional é ainda muito reduzida, o que limita os ganhos a partir de turismo, já que grande parte das necessidades é satisfeita a partir de importações, isso não apenas no processo de turistificação mais igualmente quando a actividade está estabelecida. Esta reduzida capacidade faz aumentar a dependência relativamente ao capital estrangeiro.

Exceptuando as grandes cidades que se apresentam mais atractivas para investimentos, considerando as condições já existentes, em outros destinos turísticos dispersos pelo país: as condições infra-estruturais básicas são insuficientes (energia, água, sistemas de saneamento, rede viária). Ora nestes casos o turismo aparece como algo desconectado, não inserido no espaço que os acolhe.

Nesses mesmos espaços as infra-estruturas sociais como educação e saúde, ou são insuficientes e quando existem são precárias.

Assim, constata-se a população tem muitas necessidades por ser satisfeitas, desde de elementos básicos como água e energia, habitação, até ao acesso aos transportes, educação e saúde. As condições tem melhorado, embora muito lentamente.



Ora, perante este quadro, a marginalização da população local, nos processos de tomada de decisão em geral e em relação ao turismo, em particular, é um facto. O que quer dizer que ela tem um poder limitado para decidir sobre os seus desejos e objectivos de vida, para serem interventivos relativamente aos seus próprios destinos.

Nos lugares em que está presente, o turismo provoca, sem dúvida, alguma mudança, já que são abertas ou melhoradas vias que permitem o acesso aos empreendimentos, a criação de condições para o fornecimento de água e energia eléctrica aos empreendimentos o que acaba beneficiando igualmente alguns segmentos da população, ao mesmo tempo que desenvolve naqueles que não se beneficiam, um sentimento misto de revolta e de impotência.

A população vê o “desenvolvimento” a acontecer como mero espectador passivo. Um desenvolvimento que lhe é imposto pelos outros actores presentes no seu espaço e que têm mais poder. A população acaba, querendo ou não, por ser envolvida nessa rede promotora de mudança, sem ter sido consultada. Ou seja a população não participa de modo efectivo no processo de tomada de decisão.

Ora, ela, provavelmente não participe, porque não esteja preparada para participar pois desde muito cedo que aprendeu a respeitar e a aceitar as decisões tomadas “superiormente”, sem questionar, primeiro, durante o período colonial em seguida com a economia centralizada, hoje, embora se esteja num quadro de democracia, mantêm-se as lógicas desenvolvidas anteriormente, que continuam enraizadas.

Por outro lado, parece-me que a Educação que deveria ser um factor de libertação individual e da comunidade, não está a exercer devidamente tal função. Pois, ela parece estar mais virada para que as pessoas reproduzam a narrativa daqueles que têm poder. De tal sorte que, os discursos oficiais são aceites sem serem questionados. Os dirigentes são considerados como detentores da verdade, a quem se deve obediência sem questionamentos.

Ademais, convém que se diga, todo o processo de educação em Moçambique, parece querer promover o individualismo, ou seja as pessoas estudam para “serem alguém”, para acederem a



empregos. Aspectos como solidariedade, cooperação são tratados como aspectos marginais, o que incentiva o desenvolvimento do individualismo. Enfim, a preocupação principal, parece ser com o mercado de trabalho, o que não parece ser favorável a uma apropriação consciente dos conhecimentos, condição fundamental para o empoderamento e por seu turno para uma participação consciente.

## **Considerações Finais**

Em que medida o turismo participa (ou pode participar) no desenvolvimento local em Moçambique, foi o objectivo norteador desta reflexão.

Ora, considerando o entendimento que apresentamos de desenvolvimento local, pode-se concluir que o turismo tem uma participação pouco visível no desenvolvimento local. Que este facto, é condicionado pelo facto de a comunidade ainda ter muitas limitações sobretudo no que concerne ao conhecimento e à apropriação de seus direitos. Situação que conduz à incapacidade de tomar decisões sobre questões que lhe dizem respeito.

Assim, o turismo é uma actividade que lhe é imposta por outros actores com mais poder. Trata-se de um processo que vem de cima-para baixo, no qual à população local não resta de aceitar e ver “o desenvolvimento” acontecer. Esta situação deve-se a um deficit em “empoderamento” facto que resulta de um processo educativo pouco libertador.

## **Referências Bibliográficas**

ARARIPE, Fátima, Património Cultural e seus significados. (2004) *Transformação*, Campinas, 16 (2): 111-122, Maio/Agosto.

AMALOU, Pierre (Direction), (2001) *Tourisme éthique et développement*, Paris, l’Harmattan,

AMIN, Samir et al (Sous la direction), (1989). *Afrique Australe face au défi sud-africain*, Paris, éditions Publishard,



ASCHER (F.), SCHECHT-JACQUIN (J.), (1978), la production du tourisme. Conditions e effets de l'évolution de l'offre de produits et services touristiques. Institut d'Urbanisme de l'Université Paris VIII, CORDES. Paris

BAQUERO, Rute, (2012), EMPODERAMENTO : INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL? – UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL, REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. 173

BARBOSA, Ycarim. (2001) O despertar do Turismo: uma visão crítica dos não-lugares. São Pauli: Aleph,

BARRETO, Margarida. (2000) Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papirus.

BOLETIM DA REPUBLICA (1997), Resolução 12/97 POLITICA CULTURAL DE MOCAMBIQUE E ESTRATEGIA DE SUA APLICACAO, Publicação Oficial da Republica de Moçambique.

DA SILVA, E. (2000), Patrimonio e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural in Antropológicas, nr 4.

DA SILVA FLORES, Luís Carlos e DA COSTA MENDES, Júlio. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido so Conceito. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 8(2), 222-237 (Consultada a 15 de Fevereiro de 2021), ISSN, disponível <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=4041/504151939004>

DA SILVA, Jose, (2007) Tourisme et développement : les enjeux au Mozambique. Thèse de Doctorat de Géographie, Université de Poitiers, Poitiers,

DEHOORNE, Olivier, (1996) Tourisme et Développement Rural: l'exemple du département de l'Aveyron, Thèse de doctorat de géographie, Université de Poitiers.

EQUIPE MIT, (2005).Tourismes I, Lieux Communs, coll. Mappede Monde, Paris, BELIN.

EQUIPE MIT, (2002), Tourismes II, Lieux Communs, coll. Mappede Monde, Paris, BELIN.

FIEVET, Gilles (2002) “Les définitions du développement local” Études et Témoignages,

GUAMBE, Júlio (2007) TURISMO NA ZONA COSTEIRA DE INHAMBANE, Maputo, UEM.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICAS, INE (1999), ESTATISTICAS SECTORIAIS –



## TURISMO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICAS, INE (2015), ANUARIO ESTATISTICO, 2014, Maputo INE.

LEI 10/88 de 22 de DEZEMBRO, Assembleia Popular

MACAMO, Solange (2012) Turismo cultural, Uma contribuição para o Desenvolvimento Local em Moçambique, comunicação apresentada na reunião nacional do Turismo

MESENTIER, Leonardo. (1992) A renovação preservadora : um estudo sobre a gênese de um modo de urbanização no centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,

MINISTERIO DA CULTURA E TURISMO (2015), Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, Maputo

MINISTERIO DO TURISMO (2004), plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em MOCAMBIQUE, 2004 – 2013,

NUNES, Viveiros e ALBINO, Luís; (2008). O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios; em <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

OMAR, Lucia, SANDEVILLE JUNIOR, Euler. PATRIMONIO CULTURAL E MEMORIA SOCIAL NA ILHA DE MOCAMBIQUE. Revista CPC, São Paulo, nº 18, p. 4-28, dec. 2014. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/74968/91927>>. Acesso em 3 Janeiro de 2017.

POLICARPO, D. (1999). Recherche sur les indicateurs pour le tourisme durable : le cas du Mozambique. Université de Toulouse II <<http://perso.club-internet.fr/gloste/netd004/art004.htm>>. Acesso em 8 de Abril de 2007.

